

"TEORIA DA
DEPENDÊNCIA" OU
ANÁLISES CONCRETAS DE
SITUAÇÕES DE
DEPENDÊNCIA? (*)

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

(*) Texto apresentado no 2.º Seminário Latino-americano para el Desarrollo (promovido pela FLACSO, sob o patrocínio da UNESCO em novembro de 1970, Santiago, Chile) para comentar a comunicação de P. C. Weffort. "Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?"

Nos últimos anos a insistência com que se tem falado na América Latina sobre a dependência e as confusões em torno do tema são tantas que a primeira reação de quem, de qualquer forma, tem alguma parte de responsabilidade na proposição do tema é a de fazer o *mea culpa*. Por outro lado, parece quase inútil entrar numa discussão quando ela já assumiu uma conotação ideológica tão forte que se torna difícil analisar os textos e as idéias em que se apóia.

O *mea culpa* a que me refiro não deriva do reconhecimento de um equívoco intelectual quanto ao ponto de partida, mas decorre de que poderia ter sido previsto o efeito de um movimento crítico que partia de idéias que roçam a ideologia e que, por isto mesmo, provavelmente terminaria mergulhado nela.

Nos trabalhos que escrevi sobre dependência existe uma dupla intenção crítica. Por um lado — e este aspecto da crítica parece-me que ficou claro, e foi menos combatido — critica-se as análises do desenvolvimento que abstraem os condicionamentos sociais e políticos do processo econômico e critica-se as concepções evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (especialmente a teoria da modernização) do desenvolvimento. A crítica se faz mostrando-se que o *desenvolvimento* que ocorre é *capitalista* e que não pode desligar-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que este opera. Por outro lado, a crítica se orienta para mostrar — o que é óbvio, mas nas análises fica muitas vezes relegado a segundo plano — que a análise "estrutural" dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente. Que quer dizer isto?

Quer dizer, basicamente, que as estruturas condicionantes são o resultado da relação de forças entre clas-

ses sociais que se enfrentam de forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto.

Ora, a partir dêste momento, a crítica não se orienta apenas contra "a direita", mas também contra setores, em geral preponderantes, da esquerda intelectual. Teòricamente é insatisfatório substituir as análises inspiradas na "teoria do desenvolvimento" por outras tantas que insistem, de forma geral e indeterminada, em que o processo do desenvolvimento capitalista se dá em proveito da burguesia e de que nas condições da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo internacional êle é uma expressão do imperialismo.

Daí a idéia, simples e, parece-me, clara, de que a utilização da noção de dependência só ganha sentido e é de proveito quando põe em evidência que:

"el concepto de dependencia (...) pretende otorgar significado a una serie de hechos y situaciones que aparecen conjuntamente en un momento dado y se busca establecer por su intermedio las relaciones que hacen inteligibles las situaciones empíricas en función del modo de conexión entre los componentes estructurales internos y externos. Pero lo externo, en esa perspectiva, se expresa también como un modo particular de relación entre grupos y clases Sociales en el ambito de las naciones subdesarrolladas" (1).

Páginas adiante no mesmo livro se explicita mais ainda que o conceito de dependência será utilizado como "um tipo de concepto *"casual-significante"* — implicaciones determinadas por un modo de relación históricamente dado — y no como concepto meramente *mecánico-causal*, que subraya la determinación externa, anterior, para luego producir *consecuencias* internas" (2).

Com o conceito de dependência, buscava-se revalorizar, portanto, dois aspectos de significação metodológica precisa:

(1) CARDOSO, F. H. e FALETTTO, E. — *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México, Siglo XXI. 1969. pág. 19-20.

(2) Idem - *op. cit.* pág. 20.

- a) as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno das nações (no caso das situações de dependência mantidas a partir da existência de Estados Nacionais).
- b) os condicionantes externos, isto é, o modo de produção capitalista internacional, "o Imperialismo", o mercado externo etc. (ou seja, tanto os aspectos econômicos como os políticos do capitalismo), reaparecem inscritos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado com as economias centrais e com as potências dominantes, como na articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica e política que prevalece no interior de cada situação de dependência.

Assim, a noção de dependência (3) é apresentada para pôr ênfase em um tipo de análise que recupera a significação política dos processos econômicos e que contra a vagueza das análises pseudo-marxistas que vêm no imperialismo uma enteléquia que condiciona apenas do exterior o processo histórico dos países dependentes, insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas situações de dependência.

Evidentemente, não há qualquer proveito, a partir daí, em substituir simplesmente "o Imperialismo" por

(3) Por isto, não se postula, como adiante se reafirmará, o conceito de dependência como "totalizante": "Sin embargo, no sería suficiente ni correcto proponer la sustitución de los conceptos de desarrollo y subdesarrollo por los de economía central y economía periférica o — como se fuesen una síntesis de ambos — por los de economías autónomas y economías dependientes. De hecho, son distintas tanto las dimensiones a que estos conceptos se refieren como su significación teórica. La noción de dependência alude directamente a las condiciones de existência y funcionamiento del sistema económico y del sistema político, mostrando las vinculaciones entre ambos, tanto en lo que se refiere al plano interno de los países como al externo". — (CARDOSO, F. H. y FALETTTO, E. ~ op. cit., p. 24).

outra entelêquia, "a Dependência". Não foi isso que se fez no ensaio referido acima, nem em trabalho posterior que escrevi sobre a ideologia da burguesia industrial em países dependentes.

A utilidade e a significação teórica da noção de dependência, tal como a concebemos, reside precisamente no contrário: na recuperação a nível concreto, isto é, permeado pelas mediações políticas (inclusive o Estado Nacional) e sociais (de acordo com a formação histórica das classes sociais em cada situação de dependência), da pugna de interesses por intermédio da qual se vai impondo o capitalismo ou a êle se vão opondo forças sociais por êle mesmo criadas.

Está claro que o suposto teórico mais geral que torna possível êste enfoque é o de que não existe a distinção metafísica entre os condicionantes externos e os internos. Noutros termos: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Porém, essa "dinâmica geral", não é um *fator* abstrato que *produz* efeitos concretos; ela existe por intermédio tanto dos modos singularizados de sua expressão na "periferia do sistema", como pela maneira como o capitalismo internacional se articula. Essa "unidade dialética" é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, que supõe uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos, e por consequência leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nesta perspectiva.

Quer isto dizer que não existem "fatores externos", ou que, por exemplo, a forma que a produção capitalista adota nos centros industrializados não "afeta" a periferia? Obviamente não. Quer dizer, simplesmente, que as mudanças ocorridas "no centro" são concomitantes, estão relacionadas e encontram expressão concreta em outras tantas mudanças na periferia. Assim, por exemplo, se o "conglomerado multi-nacional" passa a prevalecer como forma de organização da produção, êle provoca uma reorganização da divisão internacional do trabalho e leva à rearticulação das economias periféricas e do sistema de alianças e de antagonismos entre as classes nos dois níveis, interno e externo. Entretanto, a "ex-

pressão concreta" que o modo capitalista de produção vai encontrar nas áreas dependentes não é "automática": dependerá dos interesses locais, das classes, do Estado, dos recursos naturais etc. e da *forma como eles se foram constituindo e articulando historicamente*.

Nisto reside talvez a vantagem fundamental da utilização da perspectiva da dependência nas análises: desloca-se a explicação de um plano simplista do condicionante externo sobre o interno para uma concepção mais integrada do relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional. Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas (que insistem no Imperialismo, na Luta de Classes, na Burguesia e na Revolução como conceitos gerais ou, no melhor dos casos, como contradições indeterminadas) por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares. Ao deslocar dessa forma o núcleo das explicações do processo histórico, assegura-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de encontrar vias distintas de rearticulação de uma situação de dependência para outra, de um período para outro. Em resumo, aceita-se que existe uma "história" — e portanto, uma dinâmica, própria de cada situação de dependência.

Está claro que seria ingênuo pretender transformar a noção de dependência num conceito totalizante. A referência feita por Weffort seria correta se correspondesse a autores distintos dos que alude:

"em dadas condições sociais e políticas internas (que só podem ser resolvidas por uma análise de classe), os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à idéia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica. Noutras palavras, não creio que estejamos autorizados, por uma referência à Nação, a precisar a. dependência como conceito totalizante que nos daria o princípio do entendimento da sociedade como conjunto" (WEFFORT, F. C. — Notas sobre a "Teoria da dependên-

Eu, tampouco, creio nisso.

A noção de dependência, teòricamente, não pode fazer mais do que assinalar nas páginas anteriores. Até por um entendimento semântico, quem depende, depende de algo; está condicionado, não é condicionante. Pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *nom, sens*. E, rigorosamente não é possível pensar numa "teoria da dependência". Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional.

Entretanto, Weffort em sua critica — apesar de haver chamado a atenção para implicações teóricas importantes das análises de dependência — caiu numa espécie de armadilha: voltou atrás, do mesmo modo como Kautsky deu um passo atrás nas análises do social-liberal Hobson sobre o imperialismo, como disse Lenin. Assim, voltou a conceber estáticamente a relação interno/externo e a recorrer a uma dialética abstrata de contradições gerais e indeterminadas.

No âmago da crítica está a idéia de que a ambigüidade do conceito de dependência, que ora se refere à "dependência externa", ora à relação estrutural externo interno, decorre em qualquer das duas acepções de que:

"ela oscila, irremediavelmente do ponto de vista teórica entre um *approach* nacional e um *approach* de classe. No primeiro, o conceito de Nação opera como uma premissa de toda a análise posterior das classes e relações de

(*) Na versão publicada neste Boletim, Weffort modificou a redação, sem alterar, contudo, o fundamental. Substituiu a frase final pela seguinte: "Em realidade, não creio que a referência ao Estado-Nação seja premissa segura para a caracterização de um conceito que nos daria o princípio do entendimento da sociedade como conjunto" (pág. 9).

(**) Ao longo deste trabalho, as citações literais e as páginas às quais remeto o leitor se referem ao texto original de WEFFORT, apresentado ao Seminário da Flacso.

produção; ou seja, a atribuição de um caráter nacional (real, possível e desejável) à economia e à estrutura de classes joga um papel decisivo na análise. No segundo, pretende-se que a dinâmica das relações de produção e das relações de classe determine, em última Instância, o caráter (real) do problema nacional" (Weffort, F. C. — *op. cit.*, pág. 7).

Weffort atribui o primeiro *approach* aos "teóricos do desenvolvimento" e o segundo aos "teóricos da dependência". Mas acrescenta que êstes "*tendem* para o segundo *approach* mas partem do primeiro e tratam de criticá-lo".

Weffort crê que o advérbio de sua frase sobre o conceito de dependência, que oscila *irremediavelmente* entre a classe e a Nação, revela uma disjuntiva teórica da qual não escapamos, Faletto e eu.

"A pergunta que se poderia colocar para os autores é a seguinte: trata-se de uma contradição real ou de ambigüidade do conceito que pretende definir uma perspectiva totalizante a partir da idéia de Nação? Concordo em que a - existência de países (Nações) economicamente dependentes e politicamente independentes constitui uma "problemática sociológica" importante. Mas tenho minhas dúvidas de que a reprodução do problema no plano do conceito ajude a resolvê-lo" (Weffort, F. C. - *op. cit.*, Pág. 9).

Minha resposta é: trata-se de uma contradição real, e em nenhuma hipótese, da definição de uma perspectiva teórica totalizante.

Em nossas análises quisemos evitar essa espécie de dialética formal, que vê na história o desdobramento de contradições unívocas. Substituímos êste tipo de dialética pelo que, na linguagem da moda, se daria uma concepção das contradições como "complexamente — estruturalmente — desigualmente determinadas" ou "sobredeterminadas". Por isto, insistimos em que a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado), e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante.

Não se *reproduz* um *problema* no conceito, mas se constitui o conceito de dependência saturado histórica-

mente das contradições particulares que lhe dão sentido, em sua relação com as contradições gerais (isto é, com as que derivam da expansão do modo de produção capitalista internacional) numa combinação determinada, concreta. Êste procedimento é simplesmente ortodoxo, sempre e quando não se caia no equívoco de pensar que o conceito de dependência é totalizante (como o de mais-valia ou de modo de produção) ou que está definido no campo teórico como parte categorial do modo de produção. Teoricamente, o conceito de dependência é "reflexo", isto é, decorre da instauração de um modo de produção que supõe a acumulação por meio de monopólios e da repartição do mundo entre nações imperialistas, como diria Lenin. Será explicado por conceitos que constituem a teoria do capitalismo na fase imperialista, não explicará — obviamente — o Imperialismo. Quando, entretanto, o conceito de dependência se refere às formações sociais — como no caso de nosso ensaio — o procedimento adequado para constituí-lo teoricamente é o de reter conceptualmente as contradições que êle quer expressar.

Noutros termos, com a noção de dependência, não se pode (nem se desejou) substituir a análise de classes pela de nações, mas a disjuntiva não é correta porque alude a conceitos cujo estatuto teórico é desigual. Precisamente o que se pretendeu foi mostrar que concretamente, isto é, sem apelar para as contradições gerais e indeterminadas das idéias abstratas de classe, Nação, Estado ou Imperialismo, a contradição entre as classes, nos países dependentes, *passa* por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados Nacionais.

A solução que Weffort apresenta para o problema da oposição classe-Nação (*) não se sustenta porque parte de vários enganos: nem a Nação foi por nós concebida como princípio teórico explicativo, nem se colo-

(*) "Na minha opinião, a ambiguidade Classe-Nação presente na "teoria da dependência" deverá resolver-se em termos de uma perspectiva de classe, para a qual nem existe uma "questão nacional" em geral (ou a dependência em geral) no sistema capitalista, nem a Nação é concebida como um princípio teórico explicativo" (WEFFORT, F. C, op., cit., pág. 8)

cou qualquer questão nacional ou de dependência em geral. Por outro lado, a referência a uma "perspectiva de classe", de modo indeterminado como faz Weffort, é insuficiente para uma análise social concreta.

Ao contrário, no ensaio criticado, aceitou-se como contradição sobredeterminante a produção capitalista internacional. Apesar disso, se algum progresso houve na análise da dependência foi a de se haver particularizado *situações de dependência*, constituídas sempre considerando-se simultaneamente a relação interno/externo: economias de enclave, produtores e exportadores nacionais, internacionalização do mercado, por um lado, e, por outro, capitalismo competitivo, capitalismo monopólico. Entretanto, outra vez aqui essas determinações não foram tomadas sob forma geral, mas, ao contrário, segundo o modo como se foram constituindo em cada país. Assim, mesmo a idéia de "capitalismo monopólico" não foi tomada como um "abre-te Sésamo", mas foi redefinida segundo o modo como ele se organizou nos países hegemônicos (Inglaterra, EUA) e segundo o tipo particular de organização capitalista (predomínio financeiro, industrial, industrial/financeiro). Não se deixou de considerar, inclusive as mudanças ocasionadas no nível puramente organizatório das empresas, como, por exemplo, formação dos conglomerados.

Tanto a Nação não foi concebida como um princípio explicativo, que na terceira situação fundamental de dependência aludida no ensaio criticado, o traço característico é o de internacionalização. Entretanto, isto foi errôneamente visto por Weffort em termos de que "os autores estiveram no limite de abandonar a idéia de Nação como premissa teórica e passar, de forma radical, a uma perspectiva informada, sem ambigüidade, nas relações de produção e nas relações de classe". Não seria possível abandonar o que não se assumira. Como o que nos interessava era a caracterização de situações concretas de dependência, insistiu-se em que a Nação e o Estado Nacional, *de fato*, como objeto de estudo e não como perspectiva de análise, perderam o significado anterior. Como conceito, entretanto, a dependência, mesmo na situação de internacionalização do mercado, na medida em que busca caracterizar as relações entre clas-

ses concretamente situadas, precisa captar o tipo de contradição que subsiste entre o modo de produção prevalecente, as classes sociais e a organização política, inclusive a Nação e o Estado Nacional.

E foi isso que se fez, brevemente, nas últimas páginas do livro. Em termos teórico-metodológicos seria uma volta atrás, num ensaio que caracteriza situações de dependência, insistir apenas nas contradições gerais entre relações de produção e relações de classe, como pretende Weffort, sem mostrar que elas se articulam, ainda hoje, através do Estado e da Nação. Não se iria além de petições de princípio e de uma dialética ao nível da oposição abstrata entre conceitos, se deixássemos de caracterizar precisamente a "ambigüidade" da situação, sempre e quando se entenda, como o fizemos, que neste caso essa ambigüidade nada mais é do que a forma como a contradição aparece, ao nível da percepção dos agentes. Uma análise dialética que não marcasse as ambigüidades e que passasse sem mediações das relações de produção às relações de classe não seria uma análise concreta de movimentos sociais estrutural-històricamente condicionados, que foi o que pretendemos fazer.

Nessa mesma ordem de idéias, tão pouco tem sentido contrapor as análises das situações de dependência com a análise de Marx sôbre o modo capitalista de produção. De um lado porque aquelas se referem a formações sociais e Marx, ao analisar situações concretas, òbviamente não descurou de considerar os Estados e as Nações. Por outro lado, o problema não está em que Marx tenha escolhido a Inglaterra como exemplo para a investigação teórica "das leis gerais do sistema capitalista, concebido como universal" (sic), como escreveu Weffort, mas sim em que no modo de produção capitalista analisado por Marx, o suposto era o da livre concorrência e não a produção monopólica e menos ainda o da expansão imperialista. Seria incrível supor hoje que a análise não devesse considerar os monopólios, o imperialismo e, como decorrência, a dependência...

Quanto às teorias da transição política e os equívocos na consideração dos modelos clássicos, francamente, não conheço quem, inspirado em análises de dependência tenha pensado em transformar a burguesia nacional no

"ator privilegiado". Parece-me, pelo contrário, que foram os autores que sustentaram a importância da análise da dependência os que mais criticaram essas analogias e os que mais insistiram na internacionalização das burguesias nos países dependentes. Ainda uma vez, a crítica aqui se endereça a uma idéia que Weffort atribui aos analistas da dependência — a de que para eles a Nação é o verdadeiro conceito explicativo — mas que não encontra apoio no pensamento e no contexto da obra desses autores. Antes parece ser uma preocupação — legítima como problema — do próprio Weffort, que percebe a importância da Nação como instância mediadora.

Tanto é assim que estou de acordo com Weffort quando afirma que:

"É ao nível geral, supranacional, ao nível das relações de produção, que a questão das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina deve ser colocada, do mesmo modo que é a este nível que seria possível tentar encontrar algum lugar teórico definido para uma "teoria de dependência". Ou seja, é a este nível que a "teoria de dependência" pode aparecer como teoria explicativa e onde também se pode obter alguma sugestão para entender sua incapacidade de ir além das premissas nacionais. Por mais que se fale em dependência interna é inevitável voltar à questão de dependência externa. Em outras palavras, a "teoria da dependência" parece girar em torno de algum tipo de teoria do imperialismo; a questão é de saber de que tipo de teoria" (WEFFORT. P. C. — *op. cit.*, pág. 15 (*)).

Entretanto, a questão não é saber a que teoria do imperialismo se liga a idéia de dependência, mas sim a de reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se indus-

(*) Cito baseando-me na versão original. A que se apresenta neste Boletim (cif. pág. 14) altera apenas uma referência: a de que é no nível das relações de produção que se deve encontrar o lugar teórico para o "problema nacional". Parece-me, novamente, uma simplificação de quem pensa numa dialética sem mediações, urdida na teia de contradições indeterminadas. A outra diferença entre as duas versões é que na atual se faz referência a uma teoria socialista e a outra "pequeno-burguesa radical". Não acredito que a adjetivação substitua o rigor e o vigor da demonstração.

trializa a periferia do sistema capitalista internacional. Eu concordo com Weffort nas críticas a Baran e à noção de excedente. Não concordo, todavia, com a maneira simplista como resolve o confronto entre a "teoria da dependência" e a teoria do imperialismo. Por várias razões. A primeira é a de que não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo. O confronto é artificioso. As situações de dependência decorrem da existência de algum tipo de expansão de capitalismo. Isto foi enfatizado sempre pelos autores citados por Weffort. A segunda é que Lenin, como indica Weffort, estava interessado na elaboração de uma explicação econômica (pois, como afirma no prólogo às edições francesa e alemã de 1920, a censura czarista o obrigou a concentrar-se na análise econômica e a referir de modo menos direto as implicações políticas do tema), ligada a problemas *referentes aos países imperialistas* (Weffort, F. C. — *op. cit.*, pág. 19). Mas aqui é preciso notar que Lenin não estava preocupado apenas com as duas questões referidas por Weffort — a da aristocracia operária e a da inevitabilidade da guerra — mas, principalmente, com o novo papel do capital financeiro e com a repartição do mundo entre as associações de capitalistas e entre as grandes potências, literalmente.

Assim, como o foco de Lenin era a análise das potências imperialistas, e das economias monopolistas, não teria que se referir, continuamente, aos países dependentes, mas aos países imperialistas. Como sublinhou o próprio Weffort (contrariamente à sua argumentação), os *países* — e os Estados Nacionais — constituem neste tipo de enfoque unidade de análise indispensável e, de fato, o foram no texto de Lenin. Seu problema era o de mostrar que "el paso del capitalismo a la fase de capitalismo monopolista, al capital financiero, se halla *relacionado* con la exacerbación de las luchas por el reparto del mundo" (4) e que estas eram lutas entre Estados Nacionais, entre potência imperialistas.

(4) LENIN, V. I. — *El imperialismo: fase superior del capitalismo*. Buenos Aires. Lautaro, 1946, pág. 103.

Entretanto, Lenin se refere também à constituição de situações de dependência, em termos que não diferem dos sustentados por Faletto e por mim (5):

"Puesto que hablamos de la política colonial de la época del imperialismo capitalista, es necesario hacer notar que el capital financiero y la política internacional correspondiente, la cual se reduce a la lucha de las grandes potencias por el reparto económico y político del mundo, crean una serie de formas de *transición* de dependencia nacional. Para esta época son típicos no sólo los dos grupos fundamentales de países que poseen colonias, y as colonias, sino también las formas variadas de Estados dependientes, politicamente independientes, desde un punto de visto formal, pero, en realidad, envueltos por la red de la dependencia diplomática y financiera. Una de estas formas, la semi-colônia, la hemos indicado ya antes. Como modelo de la segunda citaremos, por ejemplo, la Argentina.

"La América del Sur, pero sobre todo la Argentina — dice Schulze-Gaevernitz en su obra sobre el imperialismo británico —, se halla en una situación tal de dependencia financiera con respecto a Londres, que se la puede casi calificar de colonia comercial inglesa".

Según Schilder, los capitales invertidos por Inglaterra en la Argentina, de acuerdo con los datos suministrados por el cónsul austrohúngaro en Buenos Aires, fueron, en 1909, de 8,75 mil millones de francos. No es difícil imaginarse qué fuerte lazo se establece entre el capital financiero (y su fiel "amigo", la diplomacia) de Inglaterra y la burguesía argentina y los sectores dirigentes de toda su vida económica y política" (Lenin, V. I. — *op. cit.*, p. 113).

É, portanto, superficial a caracterização do pensamento de Lenin feita por Weffort:

"O imperialismo não se define (para Lenin) a partir de uma premissa política (a Nação) mas como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir

(5) Note-se que em outras obras LENIN e TROTSKY, enfrentaram o problema de caracterizar a situação da Rússia em que haveria, ao mesmo tempo, uma dependência, principalmente com relação à França, e o desenvolvimento de uma base industrial-capitalista. Mas mesmo no estudo sobre o *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, LENIN ca-

das relações de produção, com o aparecimento dos monopólios e a fusão do capital bancário com o industrial" . (Weffort. F. C - op cit. p. 19).

Não. Lenin não tinha um pensamento economicista, nem deixava de ver as mediações políticas como parte inseparável do "todo" estruturado que êle queria explicar. Ligava sempre a fase particular da acumulação capitalista na etapa financeiro-monopolista com a repartição do mundo entre potências imperialistas e com os efeitos dessa sobre os países coloniais e os dependentes. Cito, ainda uma vez, dentre os muitos textos disponíveis, em abono do que afirmo:

"Si fuera necesario dar una definición lo más breve posible del imperialismo, debería decirse que el imperialismo es la fase monopolista del capitalismo. Una definición tal comprendería lo principal, pues, por una parte, el capital financiero es el capital bancario de algunos grandes bancos monopolistas fundido con el capital de los grupos monopolistas de industriales y, por otra, el reparto del mundo es el tránsito de la política colonial, que se expandía sin obstáculos en las regiones todavía no apropiadas por ninguna potencia capitalista, a la política colonial de dominación monopolista de los territorios del globo, enteramente repartido" (Lenin, V. 1. — op. cit., p. 117).

Por fim, nesta "confrontação" entre a teoria leninista do imperialismo e as análises da dependência, um último debate. Weffort afirma que a noção de dependência tem sido concebida como "super-inclusiva" e que Lenin se refere ao imperialismo como uma etapa particular, historicamente situada, do capitalismo.

É certo que em alguns textos de autores que trataram do tema existe essa referência abrangente e a — his-

caracteriza, a partir do ângulo oposto (isto é, do processo visto a partir "do centro"), a relação externa/interna de modo semelhante a que se fez: "los grupos monopolistas capitalistas — cartels, sindicatos, trusts — se reparten entre sí, en primer lugar, el mercado interior, apoderándose de un modo más o menos completo, de la producción del país. Pero bajo el capitalismo, el mercado interior está inevitablemente enlazado con el exterior. El capitalismo ha creado desde hace ya mucho tiempo el mercado mundial" (LENIN, V. I. — op. cit., p. 89).

tórica, ao conceito de dependência. Eu não as subscrevo. Não é correto, entretanto, afirmar que no ensaio de Faletto e meu, ocorra isso. Como já disse, se alguma vantagem teórico-metodológica existe na análise que fizemos das situações de dependência, essa parece-me ter sido a de caminhar no sentido de maior concreticidade. Não falamos da dependência em geral, mas de *situações de dependência*. Dependência na fase de constituição do Estado Nacional e de formação de uma burguesia exportadora, dependência na situação de enclave e dependência na etapa de internacionalização do mercado na fase de formação de economias industriais periféricas. Subdividimos ainda mais estas "fases", mostrando que não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contêm a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobredeterminada.

É certo que nos referimos à dependência num período anterior à plena constituição do sistema monopólico-imperialista, quando falamos da primeira das três situações de dependência aqui mencionadas. A razão para isto é curial e se encontra no próprio Lenin. Cito extensamente ainda uma vez:

"Lo que caracterizaba al viejo capitalismo, en el cual dominaba plenamente la libre concurrencia, era a la exportación de mercancías. Lo que caracteriza al capitalismo moderno, en el que impera el monopolio, es la exportación de *capital*. El capitalismo es la producción de mercancías en el grado más elevado de su desarrollo, cuando incluso la mano de obra se convierte en mercancía. El incremento del cambio tanto en el interior del país como, muy particularmente, en el terreno internacional, es el rasgo distintivo característico del capitalismo. El desarrollo desigual, a saltos, de las distintas empresas y ramas de la industria, en los distintos países, es inevitable bajo el capitalismo. Inglaterra se convirtió en país capitalista antes que otros, y hacia mediados del siglo XIX, al introducir la libertad de comercio, pretendió ser el "taller de todo el mundo", el abastecedor de artículos manufacturados para todos los países, los cuales debían suministrarle, a cambio de ello, materias primas. Pero éste monopolio de Inglaterra se vió quebrantado ya en el último cuarto del Siglo XIX, pues otros varios

países defendiéndose por medio de aranceles "proteccionistas", se habian convertido en Estados capitalistas independientes. En el umbral del siglo XX asistimos a la formación de monopolios de otro género: primero, uniones monopolistas de capitalistas en todos los países de capitalismo desarrollado; segundo, preponderancia monopolista de algunos países ricos, en los cuales la acumulación de capital habia alcanzado proporciones gigantescas. Surgió un enorme "exceso de capital" en los países avanzados" (Lenin, V. I. — op. cit. p. 81-82).

A dependência compatível com a formação de produtores nacionais, é portanto, *anterior* ao desenvolvimento do imperialismo monopolista exportador de capitais. E foi nestes precisos termos que a caracterizamos para o caso da América Latina. Como o "traço distintivo característico do capitalismo" (note-se, não de sua fase imperialista, apenas) é o incremento do comércio interno e *externo* (coisa arquiconhecida), quando essas relações de troca se fazem no âmbito de um comércio *entre nações*, elas levam a um *tipo particular* de dependência, como foi o caso da América Latina no século XIX, até ao período da "enclavização". Êste último, sem "abolir" as contradições próprias da forma anterior de dependência, agregou novos e particulares traços distintivos, agora sim, da fase imperialista.

Por fim, convém deixar claro que a teoria leninista do imperialismo é *insuficiente* para explicar o que ocorre nas situações contemporâneas de dependência que se dão em países cuja industrialização se faz sob contrôle do capital financeiro internacional.

Deixando de lado a discussão talmúdica (6) a que fomos levados para evitar incompreensões, convém sublinhar que ao analisar o *nôvo caráter da dependência* (e neste ponto as contribuições de Teotônio dos Santos e de seu grupo são significativas), o que fizemos foi

(6) Sem deixar, naturalmente, de fazer referências críticas a alguns erros de LENIN, como por exemplo sua consideração sobre que "todo monopolio, engendra inevitablemente una tendencia al estancamiento y a la descomposición" (LENIN, V. I. — op. cit., p. 131).

Neste passo, SCHUMPETER e GALBRAITH ensinam mais do que LENIN.

mostrar que a divisão do mundo já não se realiza mais, como na época de Lenin, por uma anexação de territórios e pelo controle político-econômico de áreas, para garantir o domínio sobre as fontes de matérias-primas apenas. Em Lenin, esta era a idéia predominante, que se repete sempre. Na caracterização final sobre os quatro aspectos principais típicos do período de que se ocupava, Lenin faz referências diretas em duas delas, a essa característica essencial do imperialismo. O primeiro aspecto do imperialismo é, naturalmente, o da monopolização como consequência da concentração da produção. Mas o segundo é que:

"los monopolios han determinado una tendencia cada dia más acentuada a apoderarse de las más importantes fuentes de materias primas, particularmente para la industria fundamental! y más cartelizada de la sociedad capitalista: la hullera y la siderúrgica" (Lenin, V. I. — *op. cit.*, p. 163).

A terceira característica é a de que os monopólios surgiram dos bancos; já a quarta, outra vez, é a de que os monopólios nascem da política colonial, mas que o capital financeiro, na luta pela repartição do mundo, "ha añadido la lucha por las fuentes de materias-primas, por la exportación de capital, por las "esferas de influencia", esto es, las esferas apropiadas para realizar transacciones lucrativas, concesiones, beneficios monopolistas etc, finalmente, por el territorio económico en general" (Lenin, V. I. — *op. cit.*, págs. 163-164).

A época histórica que vivemos é outra. Procurou-se caracterizar os efeitos da forma *atual* de organização e de controle econômico imperialista sobre os países dependentes por intermédio da idéia de internacionalização do mercado interno e de formação de uma economia industrial controlada pelo capital financeiro monopolístico nas situações em que as economias industriais dependentes encontram seu mercado nos próprios países dependentes. Para isto, a "teoria do imperialismo", tal como se encontra formulada por Lenin, não é suficiente. As alianças políticas, a estrutura das classes, as contra-

dições particulares e sua exarcebação (7), assumem outras formas. É preciso ter imaginação para suscitar as dúvidas pertinentes a esta nova situação e força teórica para explicá-las como uma situação particular de dependência, ligada sempre à forma que a acumulação e a exportação de capitais adotam na economia capitalista internacional.

Foi o que se tentou fazer, correndo naturalmente os riscos da incompreensão e do erro. Não se quis, porém, fazer uma "teoria da dependência" apelando a uma noção totalizadora de dependência.

Em qualquer caso, entretanto, não seria correto substituir o que se fez, ou seja, *a análise dialética de situações concretas de dependência* por uma teoria formal das classes que não as situe num contexto no qual o imperialismo e a dependência que lhe corresponde (isto é, a existência de potências dominantes e nações dominadas) são referência obrigatória para a análise das classes. Pensar que com esta substituição se agrega algo a "uma teoria socialista da revolução na América Latina" (Weffort, F. C. — *op. cit.*, pg. 20 (*)) quando, como no caso, a intenção não é demagógica, constitui um equívoco que se origina de uma interpretação formalista do que seja a dialética marxista.

Para dar passos à frente o que é necessário é ir mais longe na análise das situações de dependência no sentido de ver, em situações concretas, como se movem as forças sociais que podem *negar*, isto é, superar a condição atual da dependência. Neste sentido, o ensaio criticado deixa muito a desejar, pois, apesar de sua intenção, pouco acrescentou — além de uma perspectiva e de algumas indicações de cunho estrutural — ao conhecimento de situações particulares capazes de revelar os limites da "reprodução" da situação de dominação de classe em países dependentes.

(7) LENIN tinha sempre presente a "correlação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional", e o fato de que o "imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, também à exarcebação das contradições" (LENIN, V. I. — *op. cit.*, p. 160-161).

(*) Frase suprimida por WEFPOST na presente versão de sua comunicação.

É nesta direção, creio, que se encontra a crítica mais legítima ao esforço feito e para ela deve caminhar quem estiver interessado, não em fazer uma "teoria socialista" da revolução, mas em elaborar uma teoria que permita orientar a prática, se fôr o caso, de uma revolução socialista, ou que permita mostrar as situações nas quais tal tipo de revolução se transforma mais num anseio enraizado em ideologias do que num caminho socialmente viável.